

Ata Circunstanciada da 18ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
18ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE MARÇO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H02

TÉRMINO ÀS 16H16

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está presente 1 deputado.

Não há expediente sobre a mesa.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Passo a presidência ao nosso torcedor e vice-presidente do Sobradinho Esporte Clube, deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, eu volto a falar da questão mais importante que existe neste país hoje, que é o enfrentamento que tem que ser feito ao cartel dos combustíveis em todo o território nacional. É uma vergonha o que essa cambada de ladrões está fazendo. É um verdadeiro achaque, é um assalto o que eles estão fazendo com a população.

Ontem, eu encaminhei um expediente, uma carta – eu a li desta tribuna –, ao presidente Lula. Já recebi a resposta hoje. O presidente recebeu a carta e determinou que ela fosse encaminhada ao ministro da Justiça, ao ministro de Minas e Energia e à Senacon, que é a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor.

Parece que a Polícia Federal já está em ação. Nós precisamos que ela, efetivamente, entre em ação para combater essas quadrilhas que existem no país inteiro, formadas por proprietários de postos de gasolina.

Há um posto no Distrito Federal que estocou óleo *diesel*, guardou-o e aumentou o preço

dele.

Agora, estão colocando a culpa na guerra do Irã com os Estados Unidos, com a besta-fera de Donald Trump. Deputado Ricardo Vale, na verdade, o combustível que vem para o Brasil não passa no estreito de Ormuz. Por ali, passam navios para abastecer a Ásia, os países asiáticos, a China, que é um dos maiores consumidores de petróleo, mas o petróleo consumido no Brasil não passa por lá. Portanto, trata-se de especulação pura.

O Procon do Distrito Federal e a polícia do Distrito Federal, como eu dizia ontem em conversa com o diretor José Werick, precisam agir. O Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, também precisa agir nesse combate, que tem que ser de toda a sociedade.

Passo para o segundo assunto. Mais uma vez, falo dessa roubalheira, desse assalto que foi feito ao Banco de Brasília nessa negociata com o Banco Master. A matéria está em todos os jornais – eu vi no Metrôpoles, no UOL – e informa que Rueda, presidente do União Brasil, disse que ganharia bilhões nessa negociação do BRB com o Banco Master. Não é possível um negócio desses. A pessoa disse que iria ganhar bilhões. Isso está nas escutas que foram feitas.

Porém, querem que a população do Distrito Federal pague essa conta. Nós não vamos pagar essa conta. Submeteram um projeto a esta casa, e nós mostramos que ele estava errado. Isso significa que aquela lei não vai prosperar, porque banco não queima dinheiro – a não ser o BRB, que queimou. Portanto, aquela história de fundo imobiliário não prospera.

O deputado João Cardoso está presente, é auditor e sabe que esse assunto não prospera e não vai prosperar. Eu conversava ontem com o dirigente de um importante banco deste país. Ele me dizia: “Chico, por ali não avança nada, por ali não vai acontecer nada”. Tanto é assim que o presidente do BRB, o senhor Nelson, que eu considero uma pessoa correta e que está se sacrificando, já desistiu de uma assembleia de acionistas que ele havia convocado, porque viu que não há plano, não há o que fazer. O dia D está se aproximando – será o dia 31 de março –, quando terá que ser apresentado o balanço do BRB ao Banco Central.

Portanto, a situação é grave e há responsáveis por isso: Paulo Henrique e Ibaneis Rocha. Eles são os culpados por esse maior assalto que aconteceu no Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Presidente, peço liberdade a vossa excelência para eu falar daqui mesmo, sem usar a tribuna.

Eu vejo sempre o deputado Chico Vigilante usar a tribuna para fazer essas denúncias. Eu e o deputado Chico Vigilante temos muitas divergências, mas não posso negar que há coisas que nos aproximam. Nós precisamos ter respeito um pelo outro, não é, deputado Chico Vigilante? A pauta de vossa excelência me atrai muito quando briga com esses bandidos que há em Brasília, que formam um verdadeiro cartel. Digo a vossa excelência que eu também acompanho essa situação de perto. Sábado, inclusive, eu ia fazer uma fiscalização em um posto em Taguatinga Centro. Não é possível, deputado Chico Vigilante, em Brasília, há posto vendendo gasolina a R\$7. No Brasil, há posto vendendo gasolina a R\$10. Não se pode usar uma guerra como subterfúgio para penalizar a população.

Então, quero parabenizar vossa excelência por essa guerra. Vá para cima e conte com o meu apoio irrestrito, porque a população não pode pagar o preço de cartéis no Distrito Federal.

Eu também li a matéria hoje de manhã e quero muito parabenizar a Polícia Federal. Temos que parabenizar os feitos bons, até para motivar esses que são os verdadeiros cidadãos honrados, que dignificam os seus cargos públicos. A Polícia Federal é uma das instituições a ser parabenizada.

Ela entrou nessa parada hoje. Saiu na CBN o trabalho que ela está fazendo para desmobilizar esses cartéis, porque não há justificativa para os preços cobrados.

Presidente, pensei muito em abordar uma pauta que, confesso, está me incomodando desde ontem. Ela diz respeito a um dos princípios da administração pública: a impessoalidade. A administração pública não é de governo, ela é de Estado. Não está lá para servir um grupo político, um deputado federal, um deputado distrital, um senador. Ela está lá para servir a população. A administração pública não serve apenas um governo eleito. Ela recebe, trabalha e resolve o problema da população.

Falo isso, presidente, porque eu estou muito incomodado com o administrador Regional de Taguatinga, a quem quero deixar um recado claro: Bispo Renato, não se faz isso com um deputado da base.

O nosso gabinete, deputado Chico Vigilante, é procurado o tempo todo. Eu imagino que o seu gabinete também seja procurado por pessoas que não votaram em vossa excelência. É provável que um pastor procure vossa excelência, porque nós nos relacionamos com todo mundo.

Conversei ontem com um irmão da minha igreja, e o único voto dele na direita é para mim, para deputado distrital. Eu vou brigar com esse cidadão? Ele é meu amigo.

Ele procurou o pessoal do meu gabinete. Eu lhe disse: "Vá à Administração Regional de Taguatinga, explique como é que você quer fazer. Faça o processo correto, com documento, e faça o pedido." Trata-se de uma empresa que precisa dar curso de direção defensiva. Foi pedir para fazer o curso no Taguaparque, dia 15. A pessoa que o atendeu falou que não podia, porque dia 16 começava a festa de Pentecostes. Ele disse que pedia para o dia 15. Começaram a colocar dificuldades, porque, por azar, ele usou meu nome. "Sou amigo do deputado, falei com ele, o deputado me pediu para vir aqui." Então, pediu para fazer o curso lá no Serejão. A pessoa que o atendeu falou: "Vou ver". Ela saiu da sala e demorou um pouco. Ele me relatou que, quando ele estava indo pelo corredor, viu essa servidora conversando com o administrador. Pasmem o senhor, ela estava falando o seguinte: "O cara esteve comigo e usou o nome do Daniel". E o administrador falou: "Se é do deputado Pastor Daniel de Castro, não é para fazer nada".

Isso é crime! Isso transpassa a impessoalidade. Não façam por mim. Nunca vou pedir nada malfeito, e não era malfeito. Ele estava pedindo apenas para explicar qual era o processo, o documento, qual era a seção, para haver liberação de um local para se fazer uma direção defensiva.

Eu estou incomodado por quê? Esses dias, eu almocei em um restaurante em Taguatinga Sul e publiquei isso. Depois de 15 minutos que eu saí do restaurante, o administrador foi lá perguntar ao moço se o moço o estava traindo.

Mandei lavar meu carro em Taguatinga Sul. Nem mando lavar lá, mando lavar em outro lugar. Publiquei a imagem do rapaz, um empresário, e eu disse que eu estava no lava a jato, coisa e tal. No outro dia, o administrador vai lá perguntar se o dono do lava a jato estava me apoiando. Isso beira perseguição e não posso aceitar.

Eu não ia deixar isso público, mas o faço para pedir ao Palácio do Buriti que tome uma decisão, imediatamente, de pelo menos conversar com o administrador. Não por ser eu, deputado Pastor Daniel de Castro. Lá, o administrador tem que atender o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Chico Vigilante, o deputado Ricardo Vale, o deputado Thiago Manzoni, o deputado Wellington Luiz. Todo mundo que for à administração regional – seja de direita, esquerda, centro-direita, direita radical, esquerda radical –, ele é obrigado a atender, porque ele é administrador público.

Presidente, não se faz isso. Eu não vou mais aceitar isso.

Estou pedindo isso aqui. Doutor Gustavo Rocha, doutor José Humberto, por favor.

Pedi uma máquina para passar no campo de futebol, porque domingo, agora, começa o

Campeonato de Terrão. Sabe qual foi a resposta? “Não faço porque é do deputado Pastor Daniel de Castro”. Não é meu não, é da comunidade! Não pedi nada para mim! Se eu estivesse pedindo algo para mim, eu colocaria do meu próprio bolso, porque eu tenho condições.

Que ele respeite o parlamento, porque ele compôs esta casa por 4 anos, e eu fui administrador e o respeitei sobremaneira. Então, respeite o parlamento. Não estou sequer pedindo respeito para mim. Respeite a população de Taguatinga e do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente e deputados, hoje nós fomos surpreendidos, mais uma vez, com uma notícia sobre o caso Master – ou ecossistema Master – na imprensa. Está repetitivo. Trata-se de um tema do qual temos falado tanto, mas não há como, deputado Chico Vigilante, deixarmos de abordá-lo, dada a brutalidade com que tomou as manchetes policiais no Brasil e no Distrito Federal e o protagonismo do Governo do Distrito Federal nesse tema.

Eu tenho sido parado nas ruas, e as pessoas têm me perguntado: “Fábio, mas o que o escritório do governador tem a ver com esses fundos de investimento?” É uma engrenagem tão complexa de explicar que nós temos dificuldade de traduzir isso para as pessoas no cotidiano. Basicamente, ninguém está dizendo que é crime um escritório de advocacia vender honorários advocatícios de precatório. Pelo que me parece, Willemann – que está aqui nos escutando –, isso não é crime. Parece que os escritórios de advocacia já fazem esse procedimento. Trata-se de um procedimento recorrente.

Nós não estamos acusando, ninguém, *a priori*, de que isso é crime ou não é crime, mas isso nos gera reflexão, deputado Ricardo Vale. O que está acontecendo? Há um termo muito utilizado em investigação criminal: porta giratória ou ganha-ganha. Esses termos são utilizados quando uma pessoa abre uma oportunidade, entra e há uma nova oportunidade do outro lado.

O que está colocado aqui, para que quem assiste a esta sessão e os servidores desta casa possam entender, é que não é problema um escritório de advocacia vender precatório. Isso é uma prática comum. O cliente pode até ficar chateado, porque, às vezes, o escritório para de lutar pelo pagamento do precatório, porque já ganhou o dele. Mas isso não é problema; não há um crime sendo cometido.

Porém, quando analisamos quais são os grupos econômicos que acessam esses precatórios, isso acende um alerta para nós, especialmente quando esses mesmos grupos econômicos praticam atos com o Poder Executivo ou com empresas públicas – com o poder público. Aí está o problema. Por quê? O governador Ibaneis Rocha, por meio do seu escritório de advocacia – ou de quem o administra, como ele diz –, vendeu milhões em honorários advocatícios em, pelo menos, 5 contratos com a Reag.

Contudo, os 2 grupos econômicos apontados pela reportagem têm algum tipo de negócio com empresas públicas. Um deles, coincidentemente – não sei –, é o Master, em um fundo ligado ao Master, com o qual o BRB operou R\$31 bilhões. Está errado? Está certo? Isso tem que ser apurado. Quando há mistura de interesse público com interesse privado, é preciso apurar. Por quê? Porque o escritório do governador Ibaneis vendeu à Reag, ligada ao Master, investimentos e precatórios, e o BRB começou a operar comprando bilhões em ativos do Master. Coincidência? Queremos saber.

Quando nós somos agentes públicos, temos que prestar contas. Nesse caso, houve a assinatura do governador – uma por meio do *token*, como advogado, e a outra no papel, em um contrato, em uma escritura, dentro de um cartório. A assinatura dele é de 2019, quando era governador. Isso é um ato que pode ferir a probidade administrativa. Por isso, nós pedimos uma apuração sobre esse tema.

Depois, deputado Pastor Daniel de Castro, houve outro ato: a venda para fundos ligados ao Banco Original. O Banco Original, para quem não sabe, é o dono do PicPay. Houve vendas feitas pelo

escritório do governador e, em seguida, o PicPay foi autorizado a operar empréstimos consignados dos servidores do DF sem licitação. Um extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em setembro de 2024. O Tribunal de Contas do Distrito Federal está investigando se deveria ter sido realizada uma licitação para a operação desse tipo de serviço.

Nós queremos saber se tudo isso é coincidência. Queremos saber se a relação desses grupos econômicos com o escritório do governador Ibaneis Rocha e com o poder público – especialmente por meio do BRB – é coincidência.

A população quer saber, até porque, se fosse apenas venda de precatórios, se nós estivéssemos em uma temperatura normal, se tudo estivesse indo bem, ninguém estaria olhando para isso. É correto. Mas nós tivemos um prejuízo bilionário, e dinheiro não vira pó. Esse dinheiro foi para o bolso de alguém, e a população nos cobra responsabilização e rigor nela.

Então, a nossa presença aqui, como fiscalizadores, não é para fazer juízo prévio de ninguém, não é para condenar ninguém, mas é para pedir apuração. Há uma desconfiança dos procedimentos econômicos que estão colocados e há uma desconfiança da mistura da coisa pública com a coisa privada. É sabido, dentro da classe política, que o escritório leva o nome do governador. Obviamente, ele se afasta administrativamente do escritório, mas não deixa de influenciar, porque é o nome dele que está colocado ali. Politicamente, na gestão estratégica do escritório, afasta-se completamente?

Nós queremos entender esses negócios e a dimensão deles. Esses negócios já aconteciam antes, com os mesmos fundos, ou não? A população quer entender isso, porque a imprensa está publicando fatos que vieram à tona a partir de dados da CPI do Crime Organizado e da CPMI do INSS, e nós não temos as informações objetivas. Parece que nós estamos omissos em relação àquilo que está acontecendo. Mas nós queremos saber até que ponto essas relações cumprem os requisitos da ética pública, até que ponto alguém ganhou dinheiro com isso, até que ponto o BRB pode ter sido utilizado nesse processo para benefício de ente privado, que é agente público. Nós queremos essas respostas, e a população as quer também.

É uma engrenagem financeira tão complexa que nós temos dificuldade de traduzi-la para o conjunto da população, mas nós queremos entender como esses milionários operam e ganham milhões a partir do Estado. Essa é uma resposta de que nós precisamos. A sociedade do Distrito Federal pede isso. Os bilhões que o BRB perdeu, ao que parece, não voltam. Por isso os terrenos, por isso a crise brutal que nós estamos enfrentando. Não é apenas uma crise de imagem do governador; é uma crise de ação do Governo do Distrito Federal, de prejuízo, de abandono, de má gestão.

Portanto, presidente, nós queremos explicações. Esta casa merece explicações. O mínimo que o governador, que parece estar de saída – há quem diga que estão doidos para que ele saia, porque nós ouvimos, nos corredores, que o povo está doido para que ele saia –, teria que fazer é vir a público e explicar essas relações. Ele tem que ir à justiça, ao Ministério Público, explicar essas relações, até para nós entendermos se, de fato, esse conflito de interesses está caracterizado ou não.

A nossa representação ao Ministério Público do Distrito Federal, por meio da Prodep, é para que seja aberto um procedimento administrativo em relação a isso, porque, nesse caso, o foro não cabe; na apuração de improbidade administrativa, o foro não se aplica.

Então, nós queremos uma apuração rigorosa. A população do Distrito Federal merece respostas em relação a esse tema. Parece tão difícil de entender, mas a população sabe que há algo muito errado, que há coisa malfeita contra a população, e a população quer respostas.

É nossa função subir a esta tribuna – especialmente por sermos oposição, mas independentemente de sermos oposição –, como deputados que fiscalizam a atuação do Poder Executivo, cobrar respostas do poder público.

Presidente, eu queria, rapidamente, fazer 2 referências aqui. A primeira delas é para externar minha solidariedade máxima à greve dos servidores da carreira pública de assistência social. Eles estão em greve porque não houve negociação por parte do Governo do Distrito Federal.

Ontem, nós conseguimos uma reunião com o presidente da Câmara Legislativa para que ele possa intermediar essa relação com o Governo do Distrito Federal.

É uma carreira muito importante, que atende quase 1/3 da população do Distrito Federal. Um milhão de pessoas são beneficiadas pelo CadÚnico e 450 mil pessoas têm esse cadastro. Centenas de milhares de pessoas fazem uso de diferentes benefícios sociais no Distrito Federal, e nós sabemos da importância dessa carreira.

Portanto, eu queria me solidarizar com esses servidores, declarar a eles o meu apoio e o meu empenho e pedir o empenho de todos os parlamentares, para que haja negociação o quanto antes, a fim de que essa carreira seja devidamente respeitada.

A segunda referência é quanto à mobilização, à greve dos estudantes e dos professores da UnDF, a universidade pública do Distrito Federal. Já temos denunciado os desmandos dessa universidade e a falta de gestão participativa e de escuta da comunidade. Não há diálogo da atual administração da universidade com os estudantes e professores – o devido diálogo, inclusive, institucionalizado, como deve haver.

Eu quero prestar a minha solidariedade aos alunos e aos professores. Neste momento, tanto o DCA quanto o sindicato dos professores da UnDF deflagraram o movimento de mobilização para serem respeitados pela administração da universidade, que tem que se sentar à mesa para negociar e dialogar, instituir os órgãos de participação de forma paritária e ouvir a comunidade acadêmica para tomar decisões.

Não adianta quererem mudar o *campus* por decreto, seja para onde for, mesmo que para territórios legítimos onde queremos que haja a universidade. Para fazer qualquer tipo de expansão ou mudança, é preciso conversar com a comunidade. Não dá para fazer isso por decreto ou de forma autoritária.

A gestão me parece muito autoritária. Vários diálogos com a gestão da universidade tiveram que passar por esta casa. Como uma gestão de universidade não consegue dialogar com a comunidade acadêmica?

Deixo a minha solidariedade aos estudantes e aos professores da UnDF, neste momento de mobilização. Eu me somarei à mobilização e à cobrança de que o Governo do Distrito Federal apresente respostas aos temas levantados.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Encerra-se o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Presidente deputado Ricardo Vale e todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital ou neste plenário, boa tarde.

Eu gostaria de dizer que, quanto mais se mexe no caso do Banco Master, pior fica a situação. Mais uma vez, o governador não se sentou à mesa para dizer exatamente o que aconteceu e por que ele operou publicamente para que o BRB comprasse o Banco Master. Há relatos documentais de que ele despachava semanalmente com o presidente do BRB. Se eles nunca trataram da situação do Banco Master, o governador não serve para ser governador. Como o governador se encontrava semanalmente com o presidente de um banco público e não aferia quais operações o banco estava fazendo?

O BRB tem o objetivo de devolver à população investimentos reais e precisos.

Na relação de compra, em que foram encontrados mais R\$10 milhões, há a assinatura formal do governador. Ele não pode mais dizer que não sabia ou não entendia o que estava acontecendo ou que estava afastado.

Quando a oposição desta casa vai à justiça para requerer informações ou para suspender um processo malfeito, o governador aparece e diz que ela está querendo atrapalhar e quebrar o banco. Nós não queremos quebrar o banco. Nós queremos salvar o banco, de forma séria e precisa. Quem quebrou o banco foi o atual governo. Não fomos nós. Quem colocou o banco na situação precária em que está e sob risco real foi a atual gestão.

Esperamos muito que, em breve, o relatório da Polícia Federal seja publicado. Já há normativo de que os documentos que estão na CPI terão o sigilo quebrado. Esperamos que tudo venha à tona e que todos os envolvidos paguem pelo erro.

Presidente, sempre respeitando o Tribunal de Contas do Distrito Federal, eu queria pontuar que tivemos uma triste notícia: o cancelamento da licitação para a expansão da obra do metrô em Ceilândia. Estamos esperando isso há 20 anos! Há 20 anos!

Agora, vamos tentar trabalhar com base no despacho. Se faltou, por parte do Metrô ou na licitação, algum documento ou alguma informação precisa, iremos buscá-los. A suspensão da expansão deixa de beneficiar 12 mil pessoas na região norte de Ceilândia, que abrange o Setor O.

Sabemos que não vai ser uma obra fácil e que ela vai impactar o conjunto dos trabalhadores daquele lugar. No entanto, esse projeto existe desde a época em que o metrô foi inaugurado. Historicamente, como ninguém olha para o metrô, o projeto ficou abandonado. Com ele, nós poderíamos beneficiar 12 mil pessoas, diminuindo o deslocamento de longas distâncias para quem vem para a região central de Brasília. Agora, a licitação, depois de tantas barreiras e tantas etapas avançadas, segue suspensa a pedido do tribunal. Então, nós vamos nos sentar com a diretoria do Metrô e analisar a situação. Obviamente, pelo prazo legal, talvez neste ano isso nem avance.

Por falar em metrô, quero dizer que encaminhamos recursos para a aquisição de novas câmeras corporais, para videomonitoramento das linhas, para *drones* que monitorem as vias e, recentemente, para uma máquina que consiste numa garra que passa e faz manutenção nos trilhos. Essa é uma forma de contribuirmos com o Metrô.

Obviamente, eu gostaria de comprar trens e realizar o chamamento de concurso público para novos metroviários, o que é importantíssimo para esta cidade, inclusive para a expansão que nós defendemos. Se não houver pessoas nem estrutura, a expansão também fica obsoleta.

Nós precisamos fazer um trabalho sério. A comissão vem realizando debates sobre mobilidade. Neste ano, nós ainda realizaremos um seminário debatendo novamente essa pauta, para tratar da tão sonhada tarifa zero. Vamos avaliar mais uma vez o programa Vai de Graça. Nós solicitamos à Secretaria de Economia que fossem realizados estudos sobre o real impacto do programa.

Para encerrar, presidente, visitamos o também sonhado CSO, que era um projeto antigo – existe desde a licitação – que não avançava, mas agora saiu com novas funcionalidades. Nós apresentaremos, nas nossas redes, as novas funcionalidades que o CSO permite a partir do aplicativo DF no Ponto. Nós queremos difundir essa notícia para a população, a fim de que ela possa, entre outras coisas, denunciar quando o ônibus fura a parada – quando não para – ou está atrasado, para que consigamos seguir fiscalizando.

Trago uma novidade, presidente – quando as coisas funcionam e há iniciativas boas, nós também queremos registrá-las. A Secretaria de Mobilidade está testando, em uma linha de São Sebastião, um sistema que computa, sem uso da catraca, quantas pessoas entraram no veículo. É um sensor de entrada e de saída.

Em alguns países, isso ajuda a construir a lógica de origem e destino. Automaticamente, se o sistema identifica que o ônibus está lotado, ele pode, em vez de deixar todo mundo amarrado dentro do ônibus, comunicar no letreiro: "Pegue o próximo, que já vem logo em seguida". Com base nessas informações, conseguimos fazer dimensionamentos. Por exemplo, se a linha está sobrecarregada, é necessário colocar mais veículos; se a quantidade de passageiros é razoável, o número de veículos permanece. É possível identificar qual é o horário de maior embarque e onde as pessoas estão descendo, para que se consiga elaborar um mapa real de como a população está circulando.

É um projeto-piloto. Nós visitaremos o veículo que está equipado com essa tecnologia para acompanhar seu funcionamento. Caso o teste se mostre eficiente, nós parabenizaremos a secretaria e pediremos que implemente a tecnologia em todo o sistema de mobilidade. Assim, nós teremos, em tempo real, o fluxo de embarque e desembarque, e poderemos dimensionar as linhas a fim de dar maior agilidade e presteza à população, seja para sair de casa, seja para chegar nela.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, eu estou vendo no G1 que o escritório do advogado Ibaneis Rocha, atual governador do Distrito Federal, movimentou R\$43.000.000 em fundo sob suspeita. Quem aponta isso é o Coaf, órgão de controle financeiro subordinado ao Banco Central. Esse fundo envolveu 2 operações. Uma delas é um fundo chamado Reag, que foi liquidado pelo Banco Central porque pertencia ao Vorcaro, e que provocou um escarcéu no meio financeiro.

Presidente, o que me deixa um tanto ou quanto triste, além dessa roubalheira, é verificar que, a todo momento, tentam desviar a atenção dos fatos. Passaram, por exemplo, a divulgar mensagens íntimas envolvendo o senhor Vorcaro e sua namorada. Mas a quem isso interessa? O que queremos saber diz respeito aos fatos investigados, os roubos. Ao mesmo tempo, surgem informações de que essa namorada teria recebido como presente um apartamento avaliado em cerca de R\$30 milhões. Fala-se também em festas que teriam custado cerca de R\$200 milhões. Há de tudo!

E o senhor Paulo Henrique está metido nisso. Ele almoçava com o governador toda quarta-feira, portanto ele prestava contas do que estava fazendo.

A impressão que fica – e infelizmente não é apenas minha, mas da população do Distrito Federal – é de que não temos mais governo. Isso é uma lástima, deputado Ricardo Vale. A saúde não funciona; a educação está caindo pelas tabelas; a cidade, de ponta a ponta, está toda esburacada; já há empresas com repasses de pagamentos atrasados, e não se sabe até quando conseguirão, sem receber do Governo do Distrito Federal, manter o pagamento dos salários dos trabalhadores.

O que mais nos entristece é que o Distrito Federal é a unidade da Federação que mais recebe recursos. O Piauí, por exemplo, que é um estado pobre mas foi bem administrado, não tem o Fundo Constitucional, tem apenas o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Como o Distrito Federal é um ente híbrido, porque é município e estado ao mesmo tempo, ele recebe o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ainda o Fundo Constitucional do Distrito Federal. É muito dinheiro! Por que chegamos a essa situação?

Antigamente, presidente deputado Ricardo Vale, quando aconteciam escândalos, dizíamos que eram causados por pessoas de fora de Brasília que vinham para cá para sujar o nome da cidade. Infelizmente, agora o escândalo é de Brasília. O roubo foi praticado em Brasília. A negociata de R\$31 bilhões entre o Banco Master e o Banco de Brasília é de Brasília. E os responsáveis por isso têm nome, sobrenome, endereço e CPF: Ibaneis Rocha e Paulo Henrique.

Ainda há gente que atrapalha as investigações. Operações pedidas pela Polícia Federal não

foram autorizadas. A Polícia Federal constata os fatos, pede autorização e atua. É preciso que determinados setores do Judiciário deixem a Polícia Federal trabalhar.

No caso do Distrito Federal, nós entregamos uma representação ao procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, porque está na hora do doutor Georges colocar o Gaeco nessas investigações do que acontece hoje no Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Para comunicado.) – Hoje amanhecemos com uma ótima notícia: o Judiciário corrigiu o curso natural das coisas. Havia saído uma decisão de primeira instância que alterava a aplicação do teste de aptidão física no Corpo de Bombeiros. A meu ver, essa tinha sido uma decisão extremamente inconsequente, inclusive com invasão de poder. Não só a decisão do juiz de primeira instância, presidente, tinha suspenso a aplicação do teste de barra dinâmica do Corpo de Bombeiros, como o juiz tinha extrapolado e criado uma forma de aplicação.

Isso causou um desconforto muito grande, porque o edital já estava publicado havia mais de 1 ano e todos os candidatos sabiam quais eram os requisitos, ou seja, tiveram a oportunidade de se preparar, mas não o fizeram. Agora, faltando poucos dias para a prova, a deputada federal Erika Kokay, que tenho certeza de que não conhece as atividades e as atribuições de um bombeiro militar, entrou na justiça, e um juiz, que também não conhece a atividade de bombeiro militar, emitiu uma decisão liminar desastrosa, invadindo a competência do Poder Executivo. Se esse juiz de primeira instância entendeu que houve excesso, que ele mandasse reformular a prova; mas não, ele tirou a aplicação da barra dinâmica e criou um teste. Não é surpresa para todos nós que certas medidas do Poder Judiciário adentram as competências do Poder Executivo. No entanto, um desembargador corrigiu o curso das coisas e restabeleceu a aplicação da barra dinâmica para as mulheres no Corpo de Bombeiros.

Meus amigos, a dúvida era se a barra dinâmica é um excesso. Não! Para a candidata ser aprovada, ela tem que fazer 1 barra – 1 barra! Se ela se dedicar um pouco mais e fizer 2 ou mais barras, ela começa a pontuar. Se ela fizer 5 barras, ela tira nota 10.

Vocês podem perguntar: “Deputado Roosevelt Vilela, fazer 5 barras é fácil?” Não, não é fácil. Todos nós estivemos na escola, deputado Chico Vigilante, e sabemos que o 10 nunca foi fácil. A nota 10 não é para todos, é para aqueles que se dedicam muito e se preparam. A nota 10 tanto não é fácil que alguns candidatos vieram ontem à Câmara Legislativa, trouxeram uma barra, eu fui fazer a barra e fiz 3. Não consegui tirar o 10 das mulheres, mas fiz 3 barras. Porém, eu tenho 51 anos e eu já fiz minha barra. Minha barra para entrar no Corpo de Bombeiros eu fiz em 1993. Eu já cumpri essa etapa.

Vou lançar um desafio, deputado Chico Vigilante. Ontem, eu fiz 3 barras para provar que não é impossível. A prova será neste próximo sábado. Sábado que vem, começam os testes. Eu vou fazer barra de novo, vou filmar e postar, e você vai ver a evolução que vou ter em 3 ou 4 dias. Se houver dedicação, nós conseguimos. Barra não é esse bicho de 7 cabeças, é treino.

Eu faço a minha flexãozinha. Todo dia, eu saio da cama, vou ao chão, deputado Chico Vigilante, e faço minha flexão. Eu me preparo porque, sempre que eu estou no quartel, alguém me chama para pagar uma flexão. Eu tenho que estar preparado. Para a barra, eu não estava me preparando, deputado Max Maciel. Eu deixei esse furo, mas eu vou me recompor.

Eu quero desejar sucesso a todas as candidatas. O Corpo de Bombeiros, como sempre, faz história. A Polícia Militar recentemente tomou uma decisão por meio de força judicial. Atualmente, os concursos da Polícia Militar não têm cotas para mulheres. O Corpo de Bombeiros, há mais de 1 década, não tem isso. Se passarem 100% de mulheres, haverá 100% de mulheres no Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros já vem com avanço.

Porém, vão bradar no quartel? Se houver, por exemplo, uma ocorrência de um paciente localizado no quarto andar de um edifício sem elevador no Cruzeiro – às vezes, é um paciente obeso, cardíaco, que sofreu uma parada cardiorespiratória –, nós teremos que descê-lo pelas escadas e colocá-lo na viatura. Em casos como esse, não haverá a possibilidade de falarem que em algumas ocorrências as mulheres podem ir e em outras, os homens é que vão. Não! O bombeiro militar tem que resolver a situação e tem que estar preparado.

Qual é o desafio da instituição Corpo de Bombeiros? Equilibrar isso, porque nós entendemos as diferenças fisiológicas entre homem e mulher, mas isso não pode nos impedir de realizarmos o nosso serviço, que é salvar a população.

Eu sou mergulhador de resgate do Corpo de Bombeiros, fiz o curso em 1995, e, lá pelos idos de 2000, 2002, uma mulher teve a coragem de fazer o curso – Poliana era o nome dela. É um curso puxado. Ela teve que raspar a cabeça, teve que se adaptar a todas as situações que todos os alunos têm que viver.

Ela concluiu o curso, e eu tive a sorte de ela ser designada para a minha ala de serviço, para o meu grupo de mergulhadores. A primeira ocorrência de mergulho dela foi comigo. Foi no lago Paranoá, perto da Península dos Ministros, onde um jovem, infelizmente, se afogou. Eu já era um mergulhador experiente e era o mais antigo da ala. Então, nós 2 mergulhamos juntos.

Como é que um mergulhador de resgate mergulha? De mãos dadas. Fazemos um laço no cabo, eu seguro de um lado, o meu canga segura do outro, e nós descemos. Eu olho para o meio e para a minha esquerda, e o meu canga olha para o meio e para a direita dele, e nós vamos olhando para encontrar a vítima – que, no caso, infelizmente já tinha vindo a óbito e ido para o fundo. Naquele dia, o corpo estava do lado dela, e ela achou. Ela me puxou e me mostrou o corpo, como quem diz: “Pode pegar”. Acho que fez isso porque é assustador. Eu, quando fui pegar, pensei: “Você achou, é seu”. Então aponte para ela, e ela não titubeou: pegou o corpo, e nós fomos para a superfície. Lá em cima eu dei os parabéns para ela, porque ela teve a coragem de fazer o que tinha que ser feito.

Então, nós temos, sim, que entender as diferenças fisiológicas entre homens e mulheres – e até psicológicas, se for o caso, se é que existem –, mas aquilo que nos dispusermos a fazer, nós teremos que fazer.

Depois que eu saí do mergulho, fui tripulante de helicóptero, tripulante operacional. O que é tripulante? É o cara que fica pendurado lá no helicóptero; é aquele que, se acontecer algum problema, vai para o saco.

Hoje há ocorrências que as mulheres estão atendendo. Há mulheres pilotos de helicóptero, há mulheres tripulantes, há mulheres da emergência médica, há mulheres que são condutoras e operadoras de viatura, há mulheres que são combatentes de incêndio florestal. As mulheres estão em todos os lugares na nossa corporação e estão realizando um serviço fantástico. Hoje o Corpo de Bombeiros é muito feliz.

Há mulheres que são oficiais. Na semana passada, a coronel Shirlene foi a primeira mulher a ser comandante operacional. Ela comanda mais de 3 mil homens. Nós temos o comandante-geral; o subcomandante, que é o responsável pela parte administrativa; e o comandante operacional, que comanda toda a tropa, toda essa área que eu descrevi.

Enfim, eu quero dar os parabéns ao Judiciário e à nossa procuradoria, que foi despachar pessoalmente essa questão. Quero dar os parabéns ao nosso comandante-geral, que foi firme na sua posição. Quero dar os parabéns também à nossa vice-governadora, Celina Leão, que recebeu as candidatas que são a favor da barra dinâmica – aliás, ela, que é atleta, fez umas barras também.

Meus parabéns a todos os candidatos. Que tenham sucesso no seu teste de aptidão física e que sejam bem-vindos à família bombeiro militar!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Quero registrar a presença dos estudantes e professores do *campus* Recanto das Emas do IFB, participantes do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam todos bem-vindos. Peço à TV Câmara Distrital que mostre os alunos. Parabéns pela visita. Esta casa é de vocês. Sejam sempre bem-vindos.

Tenho um comunicado da presidência da casa.

Nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, informo aos senhores deputados que não será designada ordem do dia para a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 19 de março. Nesse sentido, a sessão será apenas discursiva, e não será disponibilizada a ordem do dia. Assina o deputado Wellington Luiz, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, estou vendo uma notícia importante publicada no Metrôpoles. A Polícia Federal havia pedido que o inquérito que apura essa rouboalheira do Banco Master fosse prorrogado por mais 60 dias. Segundo o Metrôpoles, o ministro André Mendonça autorizou esse pedido da Polícia Federal. Portanto, aqueles larápios que assaltaram o Banco de Brasília terão um pouco mais de dor de cabeça, porque há mais 60 dias para a Polícia Federal se aprofundar nessas investigações e, quem sabe, colocar algum deles na cadeia, onde eu acho que já deveriam estar.

Essa notícia é muito importante e por isso eu a estou trazendo.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não há quórum para deliberação.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CBN – Central Brasileira de Notícias
Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CSO – Centro de Supervisão Operacional
Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IFB – Instituto Federal de Brasília
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
Prodep – Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social
Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 20/03/2026, às 19:47, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2583962 Código CRC: 73DCD193.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00010680/2026-99

2583962v4